

Transcrições Insurgentes: Relato Etnográfico do Conflito Sociambiental e silenciamento epistêmico no Conflito Minerário da Bocaina (BA).

Resumo: Este artigo analisa o conflito socioambiental nas comunidades quilombolas da Bocaina e Mocó, em Piatã, Bahia, território estratégico na Chapada Diamantina ameaçado por projetos de mineração. A partir de uma etnografia engajada, fundamentada no conceito de “drama social” de Victor Turner, o estudo examina as dinâmicas de resistência comunitária, com especial atenção ao protagonismo das mulheres. Argumenta-se que a articulação entre saberes locais e ciência acadêmica, materializada na produção de contra-laudos técnicos, constitui uma potente ferramenta contra o epistemicídio e o avanço do neoextrativismo. A pesquisa desvela as tensões entre diferentes ontologias – a extrativista e a relacional – e reflete sobre o papel da etnografia como ato político, instrumento de denúncia e de luta por outros futuros possíveis frente à omissão do Estado.

Palavras-chave: Conflito Socioambiental; Comunidades Quilombolas; Mineração; Drama Social; Etnografia Engajada; Chapada Diamantina.

1. Introdução.

No coração da Chapada Diamantina, um dos mais ricos e biodiversos biomas brasileiros, o município de Piatã (BA) tornou-se, nos últimos anos, o epicentro de um conflito que encapsula as contradições do modelo de desenvolvimento hegemônico. Desde 2019, a chegada da Brazil Iron Mineração Ltda., com seu projeto de extração de minério de ferro, tem transformado a vida das comunidades quilombolas de Bocaina e Mocó, expondo as entranhas de um “progresso” que deixa um rastro de poeira, seca e violação de direitos. Este artigo propõe uma análise etnográfica deste conflito, compreendendo-o não como um evento isolado, mas como um “drama social”, na acepção de Victor Turner (1974), um processo que revela as tensões, os valores e as estruturas profundas de uma sociedade em um momento de crise.

A escolha por este tema de pesquisa não foi fortuita. Ela emerge de uma longa relação com o território da Chapada Diamantina e de um engajamento político com as lutas em defesa de seus povos e de seus ecossistemas. A decisão de transformar essa implicação em um projeto de pesquisa acadêmica rigoroso responde à percepção de que a complexidade da questão mineral no Brasil demanda um conhecimento aprofundado, capaz de desvelar a “caixa forte”

(uma metáfora local para a opacidade do setor) que protege os interesses extrativistas. O desafio, portanto, foi o de articular o rigor analítico da antropologia com o compromisso ético-político com as comunidades em luta, em um esforço para produzir um conhecimento que seja, ao mesmo tempo, relevante para o debate acadêmico e útil para a ação social.

O arcabouço teórico-metodológico que sustenta esta análise articula a teoria do drama social de Turner com a perspectiva da etnografia engajada. O conceito de drama social oferece uma ferramenta analítica poderosa para compreender o conflito em sua dimensão processual, desde a “quebra da norma” inicial, passando pela “crise” e pela “ação reparadora”, até o desfecho incerto de “reintegração” ou “cisma”. Essa abordagem permite ir além de uma análise estática das estruturas e capturar a performance, a agência e a dimensão simbólica da luta. A perspectiva da etnografia engajada, por sua vez, informa a postura do pesquisador, que se reconhece como parte do campo e busca construir uma relação de colaboração e de diálogo com os sujeitos pesquisados, em uma tentativa de descolonizar o saber e de produzir uma “ecologia de saberes” (SANTOS, 2007).

Este artigo busca contribuir para o campo dos estudos sobre conflitos socioambientais, extrativismo e comunidades tradicionais no Brasil, oferecendo uma análise etnográfica densa de um caso emblemático. Ao focar no protagonismo das mulheres quilombolas e na sua estratégia de articulação entre diferentes tipos de conhecimento, o trabalho pretende lançar luz sobre as formas inovadoras de resistência que emergem nos territórios em disputa. Além disso, ao refletir sobre os dilemas e as potencialidades da pesquisa engajada, o artigo espera contribuir para o debate metodológico e epistemológico no campo da antropologia.

O texto está estruturado em cinco seções, além desta introdução. A seção 2 apresenta a revisão da literatura, situando o conflito de Piatã no contexto mais amplo do neoextrativismo na América Latina e discutindo os conceitos de drama social e etnografia engajada. A seção 3 detalha a metodologia da pesquisa, explicitando o percurso do trabalho de campo e os desafios da produção de conhecimento em um contexto de conflito. A seção 4, o coração do artigo, apresenta os resultados da pesquisa, narrando e analisando as quatro fases do drama social da Bocaina. A seção 5, por fim, tece as considerações finais, retomando os principais argumentos, apontando as limitações do estudo e sugerindo direções para pesquisas futuras.

2. Revisão de Literatura: Territórios, Dramas e a Práxis Etnográfica.

O conflito socioambiental em Piatã não é um caso isolado, mas a manifestação local de processos globais que reconfiguram territórios e intensificam disputas. Para compreendê-lo em sua devida complexidade, é necessário articular três eixos de debate teórico: a crítica ao neoextrativismo e seus impactos sobre os territórios; a análise dos conflitos como “dramas sociais” que revelam disputas ontológicas; e a reflexão sobre a etnografia como uma práxis de conhecimento politicamente situada.

2.1. O Consenso das Commodities e a Produção de Zonas de Sacrício.

O avanço da mineração sobre territórios de comunidades tradicionais na América Latina insere-se no que Svampa (2013) denominou “Consenso das Commodities”. Este modelo, que marcou a virada do século XXI, aprofundou a especialização produtiva da região na exportação de bens primários em larga escala, como minérios e produtos agrícolas. Impulsionado pela alta demanda internacional, esse modelo foi apresentado como uma via rápida para o crescimento econômico, sendo adotado por governos de diferentes matizes ideológicos (GUDYNAS, 2012). Contudo, o neoextrativismo, como aponta Gudynas (2012), embora possa ter financiado políticas sociais compensatórias, manteve e intensificou a lógica predatória de seu predecessor, o extrativismo clássico. Sua escala ampliada, o uso intensivo de capital e tecnologia e a flexibilização das legislações ambientais resultaram em uma pressão sem precedentes sobre os ecossistemas e os povos que neles habitam.

Uma consequência direta desse modelo é a produção de “zonas de sacrifício” (LITTLE, 2001), áreas geográficas que são sistematicamente degradadas em nome de um suposto “interesse nacional” ou do “progresso”. Nesses territórios, os custos sociais e ambientais da atividade extrativa são desproporcionalmente arcados pelas populações locais, enquanto os lucros são apropriados por grandes corporações e elites globais. O caso de Piatã é emblemático: um território reconhecido pela qualidade de seu café e por sua importância hídrica é redefinido pelo Estado e pelo capital como uma mera reserva de minério de ferro, cujas águas, solos e modos de vida podem ser sacrificados no altar do desenvolvimento.

Essa redefinição do território implica uma disputa fundamental de narrativas e de ontologias. De um lado, a ontologia extrativista, que concebe a natureza como um recurso inerte, uma externalidade a ser explorada e monetizada. De outro, as ontologias relacionais dos povos tradicionais, para quem o território é uma teia de relações complexas entre humanos e não-humanos, um espaço vivido, sagrado e carregado de ancestralidade (ESCOBAR, 2014;

KOPENAWA; ALBERT, 2015). O conflito, portanto, não é apenas por terra ou água, mas pela própria definição do que é o território e de como se deve viver nele. É uma “guerra de mundos” (VIVEIROS DE CASTRO, 2004).

2.2. O Drama Social como Lente para a Análise do Conflito.

Para capturar a dimensão processual e performática dessa “guerra de mundos”, o conceito de “drama social” de Victor Turner (1974, 1987) oferece um arcabouço analítico de grande valia. Turner, um dos expoentes da Escola de Manchester, estava interessado em compreender como a ordem social é mantida, contestada e transformada. Para ele, a sociedade não se revela em sua harmonia, mas em seus momentos de ruptura, nos “dramas sociais” que são “unidades de processo aharmônico ou disharmônico” (TURNER, 1974, p. 37).

A análise de um drama social, segundo Turner, desdobra-se em quatro fases:

A Ruptura (Breach): O drama se inicia com a quebra de uma norma social fundamental, que expõe uma clivagem subjacente na sociedade.

A Crise (Crisis): A ruptura inicial se aprofunda, transformando-se em uma crise que ameaça a coesão do grupo e tende a polarizar as facções.

A Ação Reparadora (Redressive Action): Para evitar a desintegração, mecanismos formais ou informais de reparação são acionados, buscando resolver o conflito.

A Reintegração ou Cisma (Reintegration or Schism): O desfecho do drama pode ser a reintegração do grupo, com a cicatrização da ferida social, ou o reconhecimento de um cisma permanente entre as partes.

Adotar essa perspectiva permite analisar o conflito da Bocaina não como uma fotografia estática, mas como um filme, com uma trama, personagens e atos bem definidos. Permite, sobretudo, dar atenção à agência dos atores, às suas performances, aos símbolos que mobilizam e aos significados que atribuem às suas ações. A luta das mulheres da Bocaina, por exemplo, pode ser compreendida como uma sofisticada “ação reparadora” que mobiliza múltiplos repertórios, desde o fechamento de estradas até a produção de conhecimento técnico-científico.

2.3. Etnografia Engajada: A Implicação como Condição de Conhecimento.

Se o drama social oferece o “o quê” da análise, a reflexão sobre a prática etnográfica define o “como”. As Ciências Sociais e com mais destaque a antropologia, desde a sua crise de

representação nos anos 1980, foi posta diante do espelho e confrontada com o seu legado colonial e com a ficção da neutralidade do pesquisador (FABIAN, 1983; CLIFFORD; MARCUS, 1986). Em contextos de conflito e de violação de direitos, a pretensa objetividade pode se converter em uma forma de cumplicidade com a ordem estabelecida. Surge, assim, a necessidade de uma etnografia engajada (LOW; MERRY, 2010), que assume a sua posicionalidade e o seu compromisso político como parte integrante do processo de produção de conhecimento.

O engajamento não significa a perda do rigor acadêmico, mas a sua ressignificação. Trata-se de, como propõe Bourdieu (1991), transformar a implicação pessoal em uma ferramenta analítica, através de uma “objetivação participante”, ou seja, de uma vigilância epistemológica constante sobre o lugar que o pesquisador ocupa no campo. No caso desta pesquisa, o engajamento prévio com as lutas na Chapada Diamantina foi o ponto de partida que permitiu o acesso ao campo e a construção de uma relação de confiança com a comunidade. A pesquisa não foi “sobre” a Bocaina, mas “com” a Bocaina, em um processo de construção dialógica do conhecimento (BRANDÃO; STRECK, 2006).

Essa postura se alinha a uma “ciência social da práxis”, que busca superar a dicotomia entre teoria e prática, entre conhecer e transformar (WILLIS; TRONDMAN, 2000). A produção de conhecimento é vista como uma forma de intervenção, e a intervenção, como uma forma de produção de conhecimento. A colaboração na produção dos contra-laudos, por exemplo, foi um momento privilegiado de pesquisa, no qual a articulação entre os saberes locais e o conhecimento técnico revelou as disputas epistemológicas no cerne do conflito. A etnografia engajada, portanto, não teme se tornar um “ato político” (PEREIRA, 2020), pois reconhece que todo conhecimento o é, de uma forma ou de outra. A questão é escolher de que lado da trincheira se está.

3. Metodologia: A Etnografia como Pacto e Percurso.

A metodologia empregada nesta pesquisa foi a etnográfica, compreendida aqui como uma imersão de longa duração no campo, baseada na observação participante, na escuta atenta e na construção de relações de confiança com os interlocutores. A escolha metodológica justifica-se pela natureza do objeto: compreender um conflito socioambiental em sua complexidade exige ir além dos documentos e dos discursos oficiais, para capturar a experiência vivida dos sujeitos, suas percepções, suas estratégias e suas emoções.

O percurso metodológico foi marcado pela postura da etnografia engajada, o que implicou em uma constante reflexividade sobre o meu lugar no campo. Minha trajetória pessoal, marcada por uma relação afetiva e política com a Chapada Diamantina, foi o ponto de partida. Essa “vantagem epistemológica” (BOURDIEU, 1991) inicial, contudo, impôs o desafio de “estranhar o familiar” e de não tomar como dadas as relações e as percepções. A autorização para a pesquisa foi formalmente concedida pela associação comunitária, mas a legitimidade do meu trabalho teve que ser continuamente negociada e construída no dia a dia do campo, através de uma postura de respeito, de escuta e de colaboração.

O trabalho de campo estendeu-se por múltiplos períodos entre 2022 e o presente, totalizando noventa dias de imersão. A principal técnica de pesquisa foi a observação participante, que envolveu o acompanhamento do cotidiano da comunidade, a participação em reuniões, protestos, audiências públicas e mutirões. Essa participação permitiu não apenas observar, mas sentir o drama social em suas múltiplas dimensões. Além da observação, foram realizadas dezenas de entrevistas abertas e conversas informais com os mais diversos atores envolvidos no conflito: lideranças comunitárias, moradores, pequenos agricultores, políticos locais, representantes da empresa e de órgãos do Estado. As entrevistas buscaram capturar as narrativas, as trajetórias de vida e as visões de mundo dos sujeitos, com especial atenção às vozes das mulheres, protagonistas da resistência.

Um aspecto central da metodologia foi a produção colaborativa de conhecimento. A pesquisa não se limitou a extrair dados do campo, mas buscou contribuir ativamente com a luta da comunidade. Isso se materializou na colaboração para a produção de laudos e relatórios técnicos, na documentação audiovisual das denúncias e na facilitação de diálogos com outros atores da sociedade civil. Essa prática, que se aproxima da pesquisa-ação (THIOLLENT, 2011), foi fundamental para a construção de uma relação de confiança e para a produção de um conhecimento mais denso e dialógico.

O registro dos dados foi feito através de um diário de campo detalhado, onde eram anotadas não apenas as observações e as falas, mas também as minhas próprias impressões, emoções e reflexões – um exercício de vigilância epistemológica. Além do diário, foi produzido um vasto acervo de fotografias e gravações de áudio e vídeo, sempre com o consentimento prévio dos interlocutores. A análise dos dados foi um processo contínuo, que começou no campo e se estendeu para além dele. Ela se deu através da triangulação das diferentes fontes

(observação, entrevistas, documentos) e da interpretação dos dados à luz do referencial teórico do drama social e da crítica ao extrativismo. A escrita final do artigo, por sua vez, foi concebida como a última etapa do processo de restituição da pesquisa à comunidade e à sociedade em geral, buscando uma linguagem que seja, ao mesmo tempo, academicamente rigorosa e politicamente potente.

4. Resultados e Discussão: As Quatro Fases do Drama Social na Bocaina.

Nesta seção, apresentamos e discutimos os resultados da pesquisa etnográfica, organizando a narrativa a partir das quatro fases do drama social de Victor Turner. A análise busca entrelaçar a descrição densa dos eventos com a interpretação antropológica, dando voz aos atores e conectando suas experiências aos debates teóricos mais amplos.

4.1. Ato I: A Ruptura – “A Poeira do Progresso, a Seca da Vida”.

A primeira fase do drama social, a “ruptura” (TURNER, 1974), manifestou-se em Piatã de forma insidiosa. A chegada da Brazil Iron não foi um evento abrupto, mas um processo gradual de violação de normas sociais e ambientais que, aos poucos, desestabilizou a ordem preexistente. O primeiro e mais palpável vetor da ruptura foi a poeira. Uma poeira fina e onipresente, carregada de minério de ferro, que passou a cobrir tudo: as casas, as plantações, as roupas no varal, a água de beber. “A gente começou a varrer a casa e saía um pó cinza, um pó que a gente nunca tinha visto”, relatou uma moradora. “Depois veio a tosse nas crianças, a falta de ar nos mais velhos. Era o progresso chegando, eles diziam. Mas que progresso é esse que tira a nossa saúde?”

A poeira, contudo, era apenas o prenúncio de uma violação mais profunda: a apropriação e a destruição das águas. A empresa, para o processo de estudo de viabilidade do empreendimento, passou a consumir um volume de água exorbitante, as pilhas de estéril sem qualquer planejamento para o tratamento de resíduo sólidos escoaram com as chuvas, assoreando nascentes e contaminando rios que são vitais não apenas para o abastecimento humano e para a agricultura, mas para a própria identidade das comunidades. Na cosmologia local, as nascentes são sagradas, são as “mães d’água”, entidades que cuidam e que precisam ser cuidadas. A seca das nascentes foi vivida não como um mero “impacto ambiental”, mas como uma profanação, um ato de violência contra um parente. “Ver a nascente secando é como ver a veia da gente cortada”, disse Catarina, em uma entrevista. “É a nossa vida que tá indo embora.”

A ruptura, portanto, foi de ordem ontológica. A lógica extrativista, que reduz a natureza a um mero recurso a ser explorado, chocou-se frontalmente com a ontologia relacional das comunidades, para quem o território é uma teia de relações de interdependência entre humanos e não-humanos (ESCOBAR, 2014). A mineração, ao impor a sua visão de mundo, promoveu um “epistemicídio” (SANTOS, 2014), desqualificando e invisibilizando os saberes e os modos de vida locais. A “quebra da norma” foi, em essência, a violação de um pacto ancestral entre a comunidade e o seu território.

4.2. Ato II: A Crise – “Daqui Ninguém Nos Tira”.

A crise, segunda fase do drama social, eclodiu quando a comunidade, exaurida pela poeira e pela seca, percebeu a ineficácia dos canais institucionais de diálogo. As promessas da empresa se revelaram vazias e o poder público, omissos e coniventes. A tensão latente se converteu em um conflito aberto, polarizando a sociedade local. De um lado, a empresa e seus poucos aliados, que agitavam a bandeira do emprego e do desenvolvimento. De outro, a esmagadora maioria das comunidades, que se uniram em defesa da vida e do território. “A crise serviu pra gente ver quem era quem”, afirmou Dona Catarina. “Teve gente que se vendeu por pouco. Mas a maioria se levantou. E a gente decidiu: daqui ninguém nos tira.”

A frase “Daqui ninguém nos tira”, entoada como um hino nos protestos, tornou-se o símbolo da resistência. Ela expressa a afirmação de um direito territorial que é, ao mesmo tempo, histórico, cultural e existencial. A crise, como um momento liminar (TURNER, 1969), suspendeu a ordem cotidiana e potencializou a emergência de uma identidade coletiva fortalecida. A luta contra a mineração tornou-se uma luta pela afirmação da identidade quilombola, pela defesa de um modo de vida que se contrapõe frontalmente à lógica predatória do capital.

Neste cenário de crise, o protagonismo das mulheres foi decisivo. Lideranças como Dona Catarina e Vanusia emergiram como as principais articuladoras da resistência, organizando a comunidade, mobilizando redes de apoio e dando voz à luta. Elas estiveram na linha de frente dos protestos, enfrentando os tratores e os seguranças da empresa com a coragem de quem defende a sua própria casa. O protagonismo feminino na Bocaina não é uma exceção, mas a expressão de um padrão recorrente em lutas socioambientais na América Latina (ULOA, 2016). São as mulheres, principais responsáveis pelo trabalho de cuidado e pela sustentabilidade

da vida, que sentem de forma mais direta os impactos da degradação ambiental e que, por isso, se colocam na vanguarda da resistência.

4.3. Ato III: A Ação Reparadora – “A Nossa Arma é a Caneta”.

A terceira fase do drama, a “ação reparadora” (TURNER, 1974), foi marcada pela sofisticação das estratégias de luta da comunidade. Diante da violência da empresa e da omissão do Estado, a comunidade da Bocaina, sob a liderança de suas mulheres, acionou uma multiplicidade de repertórios de contestação. O mais inovador foi a busca por uma aliança com a academia engajada, em uma estratégia que podemos chamar de “batalha epistemológica”.

“A gente percebeu que só gritar não adiantava”, explicou Vanusia. “Eles tinham os laudos deles, os estudos deles, os papéis que diziam que não tinha problema nenhum. A gente precisava ter os nossos papéis, os nossos laudos, pra provar que eles estavam mentindo.” Foi assim que a comunidade buscou o apoio de pesquisadores de diversas áreas – geógrafos, biólogos, sociólogos, antropólogos – para a produção de contra-laudos técnicos. Esses estudos, que articularam o rigor da ciência com os saberes da experiência local, foram fundamentais para desmascarar as fraudes dos estudos de impacto ambiental da empresa e para subsidiar as denúncias junto ao Ministério Público e à Defensoria Pública.

A produção desses contra-laudos representa uma forma exemplar de “ecologia de saberes” (SANTOS, 2007). Nela, o conhecimento científico não se impõe sobre o saber popular, mas dialoga com ele, em um processo de enriquecimento mútuo. Os dados sobre a contaminação da água, por exemplo, foram coletados e analisados com o auxílio dos moradores, que conhecem cada nascente, cada córrego, cada mudança na cor e no cheiro da água. Essa aliança entre ciência e experiência, entre “a caneta e o facão”, como disse um agricultor, forjou uma nova e poderosa arma na luta pelo território.

A minha própria pesquisa se inseriu nesse processo, em uma relação de colaboração e de troca. A etnografia não foi apenas um instrumento de análise, mas também uma ferramenta de luta, utilizada para documentar as violações, para sistematizar as denúncias e para dar visibilidade ao conflito. A pesquisa tornou-se, assim, uma forma de “restituição” (MBEMBE, 2016), de devolução à comunidade, em forma de conhecimento organizado, daquilo que ela generosamente me ofereceu.

4.4. Ato IV: O Cisma Latente – “A Luta Continua”.

A ação reparadora, impulsionada pela mobilização social e subsidiada pelos contralados, culminou em uma vitória judicial histórica: a suspensão das atividades da Brazil Iron. A decisão foi recebida com grande festa na comunidade, um momento de catarse e de reconhecimento da força da sua luta. No entanto, o desfecho do drama não foi a “reintegração” plena da ordem social, mas o reconhecimento de um “cisma” (TURNER, 1974) que permanece latente.

A empresa não desistiu do projeto e continua a atuar nos bastidores, pressionando o poder público e tentando cooptar lideranças. A comunidade, por sua vez, vive em um estado de vigilância constante, ciente de que a vitória é frágil e de que a luta não acabou. O conflito deixou cicatrizes profundas: a contaminação do solo e da água, as doenças respiratórias, as relações sociais rompidas. A “paz” que se vive hoje na Bocaina é uma paz tensa, uma paz armada.

O futuro da comunidade permanece incerto. A luta contra a mineração, contudo, produziu transformações irreversíveis. Ela fortaleceu a organização comunitária, elevou a consciência política, forjou novas lideranças e colocou a Bocaina no mapa da resistência socioambiental no Brasil. A experiência de luta tornou-se um capital político e simbólico que a comunidade mobiliza para enfrentar os desafios do presente e para construir os futuros que deseja. A frase que hoje sintetiza o sentimento local não é a da comemoração, mas a da perseverança: “A luta continua”. E a etnografia, como testemunha e aliada, continua com ela.

5. Considerações Finais: A Etnografia como Trincheira e Anúncio.

O drama social da Bocaina, aqui analisado, condensa em si as múltiplas violências que estruturam o avanço do neoextrativismo sobre os territórios e os corpos na América Latina. A análise etnográfica buscou demonstrar como a imposição de um projeto de mineração em um território quilombola não é apenas uma questão de “impacto ambiental”, mas uma disputa ontológica, uma “guerra de mundos” que coloca em confronto visões radicalmente distintas sobre o que é a natureza, o desenvolvimento e a vida em comum. A poeira que cobre as casas e a seca que mata as nascentes são as manifestações materiais de uma violência epistêmica que busca silenciar e apagar outros modos de existência.

Contudo, a etnografia da luta na Bocaina revela também a extraordinária potência da resistência. O protagonismo das mulheres quilombolas, ao articular a defesa do território com a defesa da vida e do cuidado, aponta para uma política que é, ao mesmo tempo, radicalmente situada e profundamente universal. A sua estratégia de forjar uma “ecologia de saberes”, aliando

o conhecimento da experiência com o conhecimento científico, representa uma inovação política e epistemológica de grande relevância. Ela demonstra que é possível construir pontes entre diferentes mundos e forjar alianças inesperadas na luta contra a barbárie.

Para a antropologia, a experiência da Bocaina coloca desafios e aponta caminhos. Ela nos convoca a superar a cômoda posição de meros analistas da realidade e a assumir o nosso papel como sujeitos políticos, implicados nos dramas que estudamos. A etnografia engajada, como postura e como práxis, revela-se não apenas como uma possibilidade, mas como uma necessidade em tempos de crise. Ela nos exige rigor analítico, mas também coragem ética e criatividade política. Ela nos convida a transformar a nossa disciplina em uma ferramenta a serviço das lutas por justiça social, cognitiva e ambiental.

Este estudo, como toda pesquisa, possui as suas limitações. A análise, centrada no drama social, privilegiou a dimensão do conflito, deixando em segundo plano outros aspectos da vida social na Bocaina. Pesquisas futuras poderiam se debruçar sobre as transformações no cotidiano, nas relações de gênero e de geração, e nas práticas culturais e religiosas da comunidade após a experiência da luta. Outra direção promissora seria a análise comparativa com outros casos de resistência à mineração na Chapada Diamantina e em outras regiões do Brasil, buscando identificar padrões e singularidades.

Uma questão que emerge com força e que merece aprofundamento é a da saúde mental das comunidades impactadas. Os relatos de ansiedade, de depressão e de medo são recorrentes e apontam para a necessidade de se pensar a categoria de “sofrimento social” (KLEINMAN; DAS; LOCK, 1997) como uma dimensão central dos conflitos socioambientais. Como as comunidades elaboram psíquica e coletivamente o trauma da violência e da perda? Que estratégias de cuidado e de cura são acionadas?

Por fim, a luta da Bocaina é um anúncio. Ela anuncia que, mesmo nos territórios mais devastados pela lógica do capital, a vida insiste em brotar. Ela anuncia que outros futuros são possíveis, futuros onde o “Bem Viver” (ACOSTA, 2016) não seja uma utopia distante, mas uma prática cotidiana. A pesquisa, ao se fazer trincheira e se colocar ao lado dos que lutam, cumpre a sua mais nobre tarefa: a de ser também um instrumento de anúncio, uma forma de partilhar com o mundo a esperança que teima em nascer em meio à poeira.

Referências

ACOSTA, Alberto. O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, 2016.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Lisboa: Difel, 1991.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu (Orgs.). Pesquisa participante: a partilha do saber. Aparecida: Ideias & Letras, 2006.

CLIFFORD, James; MARCUS, George E. (Eds.). Writing Culture: The Poetics and Politics of Ethnography. Berkeley: University of California Press, 1986.

ESCOBAR, Arturo. Sentipensar con la tierra: nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia. Medellín: Ediciones UNAULA, 2014.

FABIAN, Johannes. Time and the Other: How Anthropology Makes Its Object. New York: Columbia University Press, 1983.

GUDYNAS, Eduardo. "Estado compensador y nuevos extractivismos: Las ambivalencias del progresismo sudamericano." Nueva Sociedad, n. 237, p. 128-146, 2012.

KLEINMAN, Arthur; DAS, Veena; LOCK, Margaret (Eds.). Social Suffering. Berkeley: University of California Press, 1997.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. A queda do céu: palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LITTLE, Paul E. Amazonia: Social and Bio-diversity in a Rain-forest. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2001.

LOW, Setha M.; MERRY, Sally Engle. "Engaged Anthropology: Diversity and Dilemmas." Current Anthropology, v. 51, n. S2, p. S203-S226, 2010.

MBEMBE, Achille. Políticas da Inimizade. Lisboa: Antígona, 2016.

PEREIRA, Alexandre. "Etnografar e intervir: relato de uma antropologia engajada." Cadernos de Campo, v. 29, n. 1, p. 1-15, 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. "Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes." Novos estudos CEBRAP, n. 79, p. 71-94, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2014.

SVAMPA, Maristela. "«Consenso de los Commodities» y lenguajes de valoración en América Latina." Nueva Sociedad, n. 244, p. 30-46, 2013.

THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação. São Paulo: Cortez, 2011.

TURNER, Victor. The Ritual Process: Structure and Anti-Structure. Chicago: Aldine, 1969.

TURNER, Victor. Dramas, Fields, and Metaphors: Symbolic Action in Human Society. Ithaca: Cornell University Press, 1974.

TURNER, Victor. The Anthropology of Performance. New York: PAJ Publications, 1987.

ULOÁ, Astrid. "Feminismos territoriales en América Latina: defensas de la vida frente a los extractivismos." Nómadas, n. 45, p. 123-139, 2016.

10ª ReACT

REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

PRÁTICAS GERMINANTES

06 a 10 de outubro de 2025

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. “Perspectivismo e multinaturalismo na América indígena.” In: A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

WILLIS, Paul; TRONDMAN, Mats. “Manifesto for Ethnography.” *Ethnography*, v. 1, n. 1, p. 5-16, 2000.